

Seminário explica aos gabinetes a Comunicação do Senado 2



Arte sobre fotos do Arquivo Fotográfico do Senado

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVII – Nº 3.394 – Brasília, segunda-feira, 28 de fevereiro de 2011



Armando Monteiro, 1º vice-presidente da frente: ajuste nas legislações estaduais e municipais

J. Freitas/Senado Federal

Frente das Micros busca novo teto e Simples Rural



Para José Pimentel, 2º vice-presidente, apoio à micro e à pequena empresas estimula mercado de consumo

Gerardo Mangabeira/Senado Federal

Tema é um dos poucos que reúnem quase a unanimidade no Congresso Nacional. Incentivar a atividade do setor é caminho seguro para a ampliação da oferta de empregos, garantem senadores

Reativada na semana passada, a Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa agrega senadores e deputados de praticamente todos os partidos, engajados na tarefa de viabilizar avanços na legislação para

o setor, como a elevação do teto de renda bruta para enquadrar empresas e a criação do Simples Rural. Eles também comemoram decisão da presidente Dilma Rousseff de criar o Ministério para a Pequena e a Microempresa. 2

Reforma tributária sem modificar a Constituição

Para Roberto Requião, o IPI e o Imposto de Renda, por exemplo, podem ser mudados por decreto ou lei ordinária. 4

“Florestania” norteia ações do setor produtivo do Acre

Conceito tem orientado programas para manejo em piscicultura e áreas de floresta já desmatadas, diz Aníbal Diniz. 4



Ana Amélia: governo brasileiro facilita importações de arroz

Ana Amélia avalia que a demora na aprovação do novo Código Florestal tem gerado insegurança jurídica,

prejudicando o produtor rural. Senadora também cobra apoio à produção e comercialização do arroz nacional. 4

Edair Marchezan, produtor de arroz em São Borja (RS): concorrência do Uruguai e da Argentina

Claudio Fachele/Político Piratini

Senadores e deputados reunidos para apoiar demandas dos pequenos empresários saúdam decisão de Dilma de criar ministério para o setor

Frente busca ampliar as conquistas das micros

POUCOS DEBATES CONSEGUEM tanta convergência no Congresso quanto o relacionado aos problemas e demandas dos micro e pequenos empresários. Evidência do prestígio da causa foi a ampla presença de parlamentares na reunião que marcou a reativação da Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa, na quarta-feira passada, na Câmara dos Deputados.

Diante de líderes do setor e representantes do governo, integrantes das mais diversas legendas escolheram a nova direção da frente e manifestaram compromissos com aperfeiçoamentos na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (Lei Comple-

mentar 123/06).

O momento serviu também para registros de otimismo com a notícia sobre a criação de um ministério dedicado exclusivamente aos assuntos de interesse do pequeno negócio. Essa foi uma promessa de campanha que a presidente Dilma Rousseff reavivou dois dias antes da reunião que reinaugurou a frente parlamentar.

Dilma fez o anúncio durante visita ao interior de Sergipe, onde esteve reunida com governadores nordestinos.

No discurso da vitória, em 31 de outubro, ela já havia prometido zelar pelo aperfeiçoamento de todos os mecanismos que

“liberem a capacidade empreendedora de nosso empresariado e de nosso povo”.

Além de destacar a agenda do setor, a nova pasta é fundamental para articular estados e municípios no esforço de implementação das conquistas legais obtidas até agora, como acredita o senador Armando Monteiro (PTB-PE), 1º vice-presidente da frente.

Na segunda vice-presidência, José Pimentel (PT-CE) avalia que o país necessita construir um mercado de consumo de massa. Para ele, um dos instrumentos para o alcance dessa meta é o estímulo ao segmento das micro e pequenas empresas.



Reunião da frente: senador Armando Monteiro foi eleito vice-presidente

Aumento de teto da receita bruta é prioridade

A frente parlamentar mista tem pressa em aprovar novos ajustes na Lei Complementar 123/06, como o aumento do teto da receita bruta anual das micro e pequenas empresas.

Junto com o parcelamento de tributos devidos ao Simples Nacional, a elevação do teto pode evitar a imediata exclusão de aproximadamente 600 mil micro e pequenas empresas hoje enquadradas no regime especial de tributação.

– Essa é nossa principal bandeira no momento. Queremos aprovar esse projeto e garantir que seja sancionado até julho – afirma o deputado Pepe Vargas (PT-RS), presidente da frente.

Mobilização em favor da criação do Simples Rural

A criação do Simples Rural é um dos pontos do projeto de lei complementar (PLP 591/10, na Câmara dos Deputados) que as lideranças empresariais, entidades de apoio e a representação política das microempresas e das empresas de pequeno porte pretendem ver aprovado até julho no Congresso Nacional.

A proposta equipara o produtor rural de pequena propriedade aos pequenos negócios urbanos. No ano passado, quando a proposta chegou a entrar na pauta do Plenário da Câmara, o dispositivo que determinava essa equiparação ficou de fora do acordo para votação. O projeto, no entanto, terminou não sendo votado.

Senado explica funcionamento da Comunicação

O Senado realiza, hoje, das 8h30 às 12h30, o seminário Comunicação Legislativa: mídias e serviços, dirigido aos chefes de gabinete e assessores de imprensa dos senadores.

O evento deverá ser aberto pelo diretor da Secretaria de Comunicação Social, Fernando Cesar Mesquita, e pela diretora-

geral da Casa, Doris Peixoto.

Haverá apresentações sobre os serviços de comunicação do Senado: “Portal de Notícias: divulgação das atividades legislativas e institucionais”; “Mídias sociais”; “O que pensa o cidadão e o que diz a imprensa”; “Criação e marketing de campanhas institucionais”;

“Relações públicas e as estratégias de relacionamento com o cidadão”; “Publicações e impressos: o Jornal do Senado e a Revista *Em discussão!*”; “No ar com a TV Senado”; “Em sintonia com a Rádio Senado”; e “Áudio, transmissão e memória nas atividades técnicas de eletrônica”.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Segunda-feira

Plenário Sessão é não deliberativa

14h Destinada a pronunciamentos, a sessão tem inscritos, entre os oradores, Gilvam Borges (PMDB-AP), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

Evento Mídia legislativa

8h30 O seminário Comunicação Legislativa: mídias e serviços é dirigido aos chefes de gabinetes e assessores de imprensa de senadores. Será aberto, no Plenário 2, pelo diretor da Secretaria de Comunicação Social, Fernando Cesar Mesquita, e pela diretora-geral da Casa, Doris Peixoto.

Terça-feira

Solenidade Dia da Mulher e prêmio Bertha Lutz

10h Sessão solene, no Plenário do Senado, para comemorar o Dia Internacional da Mulher e premiar as vencedoras do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

CAE Empréstimo ao Bolsa Família

10h Mensagem sobre empréstimo de US\$ 200 milhões destinado ao Bolsa Família será analisada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

CMA Venda de meia-entrada pela internet

11h30 Fornecedor de produto cultural pela internet poderá tornar disponível a venda de meia-entrada. É o que determina projeto que consta da pauta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Reforma política Definição de prioridades

14h A Comissão de Reforma Política se reúne para definir temas prioritários a serem examinados.

Quarta-feira

CCT Instalação e eleição da presidência

9h Instalação e eleição do presidente e do vice-presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

CDH Eleição do presidente e do vice

9h Eleição do presidente e do vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

CDR Criação de subcomissão

9h Na pauta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, exame de requerimento que solicita a criação de subcomissão de desenvolvimento do Nordeste.

CCJ Indenizações para anistiados políticos

10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania analisa projetos sobre mudanças no cálculo do valor de indenizações devidas a anistiados políticos, criação de 500 cargos de médico perito para o INSS e instalação de medidores de energia elétrica gratuitos para agricultores por concessionárias de distribuição.

CE Escolha de comando

10h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte se reúne para eleger o presidente e o vice-presidente.

SESSÃO ON-LINE: confira a íntegra da sessão do Senado em www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cicero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Mozarildo Cavalcanti • Ângela Portela • Aníbal Diniz

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920

Comissão de Reforma Política deve discutir, entre outros temas, se proporá a manutenção do voto obrigatório ou a instituição do voto facultativo

Senadores sem consenso sobre natureza do voto

O VOTO NO Brasil deve continuar sendo obrigatório ou deve ser dado ao eleitor o poder de decidir se quer ou não se manifestar nas urnas? Argumentos a favor e contra essas alternativas serão debatidos pelos senadores da Comissão de Reforma Política e, ao final, os parlamentares decidirão se querem manter a regra vigente ou propor, no anteprojeto que apresentarão ao Senado, o fim do voto compulsório.

Integrante da comissão, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) já anunciou que defenderá o

voto facultativo, por considerar essa a opção mais adequada para a construção do voto consciente, fortalecendo assim a participação das mulheres na política. Também o líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), quer o fim da obrigatoriedade do voto. Em proposta que trata do assunto (PEC 14/03), ele argumenta que o voto facultativo é mais democrático.

Já o senador Pedro Taques (PDT-MT), também integrante da comissão, não tem posição definida. No momento, ele acredita que o país deveria

conviver mais algum tempo com o voto obrigatório, mas afirma que pretende discutir melhor o assunto.

O certo é que está longe do consenso a definição sobre esse tema da reforma política. Muitos parlamentares alegam não ter certeza de que a liberdade de ir às urnas resulta em melhoria na qualidade da representação política no Brasil. Sempre que o debate volta à agenda, surgem alertas sobre o risco de perda de legitimidade das eleições, em razão da esperada redução do número de votantes.



Senadora Lúcia Vânia diz que o voto consciente passa pelo voto facultativo



Pedro Taques, sem definição: mais tempo para voto obrigatório

Fotos de Wladimir Barreto/Senado Federal



Senador lembra que recorrer ao Supremo é direito constitucional

Sarney explica posição sobre recurso ao STF

O presidente do Senado, José Sarney, esclareceu na sexta-feira que não questiona o direito de a oposição ir ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra o artigo do PLC 1/11 que permite ao Poder Executivo reajustar o salário mínimo por decreto a partir de 2012. Em entrevista ao *Blog* do Senado, o senador lembrou que recorrer ao Supremo é um direito de todo cidadão, assegurado pela Constituição federal.

– Todo mundo no Brasil, não só a oposição, mas cada cidadão, pode ir ao Supremo discutir qualquer problema – destacou Sarney, lembrando que foi ele que, como presidente da República, convocou a Assembleia Constituinte responsável pela elaboração da Constituição de 1988.

O presidente do Senado voltou a observar, no entanto, que os repetidos recursos ao Judiciário demonstram uma deterioração da política brasileira.

– Os partidos políticos não existem, a capacidade de negociação desapareceu. Tanto que as coisas que podiam ser decididas pelos políticos, eles levam para os outros Poderes decidirem. Quem identificou isso pela primeira vez foi o ministro Nelson Jobim, quando foi presidente do Supremo. Ele disse: “Estão judicializando a política. Senhores políticos, resolvam seus problemas, não joguem para nossas costas resolver”.

Abstenção cresce, na esteira de penas brandas para ausentes

O voto obrigatório está previsto na legislação brasileira desde o Código Eleitoral de 1932, tendo a norma sido mantida na atual Constituição, em seu artigo 14. Mas a eficácia do voto compulsório de assegurar a participação dos eleitores é questionada após cada eleição, quando é anunciado o número de abstenções.

Nas eleições de 2010, 18,12% dos eleitores faltaram ao compromisso eleitoral, percentual maior que em 2006 (16,75%) e em 2002 (17,74%). Já a porcentagem de votos em branco foi de 3,13% em 2010, 2,73% em 2006, e 3,03%

em 2002. Os votos nulos vêm caindo nas últimas três eleições: 7,35% em 2002, 5,68% em 2006 e 5,51% em 2010.

Analistas consideram brandas as penalidades para quem deixa de votar e também de justificar o não comparecimento, o que seria um “incentivo” à abstenção.

O Código Eleitoral (Lei 4.737/65) prevê multa de 3% a 10% sobre o salário mínimo e o eleitor fica impedido de participar de concursos públicos ou de licitações e até mesmo de tomar empréstimo de bancos oficiais, como a Caixa Econômica Federal.

Duas propostas de emenda constitucional tramitam na CCJ

Atualmente, tramitam na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) duas propostas de emenda à Constituição que tratam do tema: as PECs 28/08 e 1/09.

A primeira prevê voto facultativo para todos os eleitores e é de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A segunda tem como primeiro signatário o senador Mozerildo Cavalcanti (PTB-RR) e objetiva tornar o voto facul-

tativo para os portadores de deficiência com dificuldade de locomoção.

Até o final da última legislatura, essas propostas tramitavam em conjunto com a PEC 39/04, que propõe voto facultativo de forma ampla, e a PEC 14/03, que visa transferir da Constituição federal para lei ordinária a decisão de manter ou não a obrigatoriedade do voto. Ambas foram arquivadas no fim do ano passado.

Obrigatório ou opcional?

Tanto os que defendem o voto obrigatório quanto os defensores do voto facultativo reúnem argumentos fortes para sustentar seus pontos de vista. Em texto elaborado sobre o assunto, o consultor legislativo do Senado Paulo Henrique Soares reuniu seis principais argumentos utilizados pelos dois lados

EM DEFESA DO VOTO OBRIGATÓRIO	EM DEFESA DO VOTO FACULTATIVO
<p>Voto é um poder-dever: O ato de votar, na opinião de muitos doutrinadores, constitui um dever e não um mero direito. A essência desse dever está na ideia da responsabilidade que cada cidadão tem para com a coletividade ao escolher seus mandatários.</p>	<p>Voto é um direito e não um dever: O voto caracteriza-se mais como um direito subjetivo do cidadão do que um dever cívico. Para ser pleno, deve compreender tanto a possibilidade de votar, quanto a liberdade de abster-se de votar, sem qualquer sanção do Estado.</p>
<p>Participação da maioria dos eleitores: Pleito em que a maioria dos eleitores vota tem maior legitimidade e evita alegação pelos derrotados nas urnas de que o resultado eleitoral não corresponde à vontade das pessoas.</p>	<p>É mito a participação eleitoral da maioria em virtude do voto obrigatório: Não é legítima a participação obtida mediante constrangimento legal. O fato de o eleitor ir a uma seção eleitoral não significa que ele está interessado nas propostas dos candidatos e dos partidos políticos.</p>
<p>Exercício do voto é fator de educação política: A participação constante do eleitor no processo eleitoral torna-o ativo na determinação do destino da coletividade a que pertence. Já a omissão do eleitor pode tornar ainda mais grave o atraso socioeconômico das áreas pobres.</p>	<p>Incentiva participação de eleitores conscientes e motivados: Os defensores da não obrigatoriedade acreditam que o voto dado espontaneamente é mais vantajoso para a definição da verdade eleitoral. O eleitor que comparece às urnas contra a vontade, apenas para fugir às sanções previstas pela lei, não está praticando um ato de consciência.</p>
<p>Estágio atual da democracia brasileira ainda não permite o voto facultativo: O país ainda enfrenta injusta distribuição da riqueza, o que se reflete no nível de participação política de segmentos sociais que desconhecem seus direitos de cidadãos. O voto constitui, nessas circunstâncias, forte instrumento para manifestação de vontade política.</p>	<p>É ilusório acreditar que voto obrigatório possa gerar cidadãos politicamente evoluídos: O eleitor não se transforma em um cidadão conhecedor do seu poder de intervenção na sociedade pelo simples fato de escolher um candidato. Se há desinteresse dos eleitores em participar do processo eleitoral, cabe aos partidos políticos cativar essas pessoas para suas propostas.</p>
<p>Tradição brasileira e latino-americana é pelo voto obrigatório: Os países mais importantes da América Latina, em termos de população e riqueza, adotam o voto obrigatório.</p>	<p>É adotado por muitos países desenvolvidos: O fato de a maioria dos países que praticam a democracia representativa não obrigarem seus cidadãos a irem às urnas não os torna mais frágeis.</p>
<p>Benefícios são superiores aos custos: Trata-se de uma imposição estatal bem assimilada pela população. O fim do voto obrigatório significaria ganho irrisório de liberdade individual, constituindo, porém, em perda substancial da participação dos cidadãos no processo eleitoral.</p>	<p>Preparo para o voto facultativo: O Brasil tem hoje 80% de sua população morando nas cidades, com fácil acesso aos meios de comunicação de massa e com informações sobre as diferentes regiões brasileiras e os outros países. Considerar que o eleitor brasileiro é despreparado revela elitismo antidemocrático.</p>
<p>ONDE É OBRIGATÓRIO (NA AMÉRICA)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Argentina • Bolívia • Brasil • Chile • Costa Rica • Equador • Guatemala • México • Panamá • Peru • República Dominicana • Uruguai • Venezuela 	<p>ONDE É FACULTATIVO (NA AMÉRICA)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Antígua e Barbuda • Bahamas • Barbados • Belize • Canadá • Colômbia • Cuba • El Salvador • Estados Unidos • Granada • Guiana • Haiti • Honduras • Jamaica • Nicarágua • Paraguai • Santa Lúcia • São Vicente e Granadinas • Suriname • Trinidad e Tobago



Fonte: Vantagens e Desvantagens do Voto Obrigatório e do Voto Facultativo, de Paulo Henrique Soares. Texto para discussão nº 6, Abril de 2004, Consultoria Legislativa do Senado



Para o senador, decretos e novas leis resolveriam os principais problemas

Requião: reforma tributária sem mudar Constituição

É possível fazer uma reforma tributária voltada para a simplificação, a justiça, a neutralidade e o equilíbrio das contas sem a necessidade de qualquer mudança na Constituição, afirmou na sexta-feira o senador Roberto Requião (PMDB-PR). Segundo ele, uma simples lei ordinária pode corrigir problemas em vários tributos, sem extingui-los, como muitos defendem.

O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), disse o senador, pode ser limitado por decreto do Executivo, para reduzir "sua extrema abrangência e complexidade". Já a incidência de contribuições sobre a folha de salários e faturamento poderia ser reduzida por lei ordinária do Legislativo. Com o Imposto de Renda, as alterações devem permitir o fim da imposição exclusiva na fonte.

– Todo esse cabedal de iniciativas a Constituição não obstaculiza. Antes, a requer, a ordena.

Ângela defende incentivo ao ensino técnico

O Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica (Pronatec), a ser lançado em março pelo governo federal, foi destacado pela senadora Ângela Portela (PT-RR), na sexta-feira, em plenário. O programa foi anunciado pela presidente Dilma Rousseff como uma das primeiras ações de seu governo.

– O Pronatec pretende ampliar a oferta de vagas no ensino profissional para jovens do ensino médio e trabalhadores sem formação – informou.

Ângela Portela explicou que o programa foi concebido em formato semelhante ao Programa Universidade para Todos (Prouni) e também permitirá aos jovens do ensino médio acesso ao programa de financiamento estudantil (Fies).

– São duas iniciativas importantes para ampliar formação da mão de obra num momento especial da economia.



Ângela: iniciativa é importante para ampliar formação de mão de obra

Senadora avalia que a demora na aprovação das novas regras para a exploração de terras tem gerado insegurança jurídica, prejudicando o produtor rural

Ana Amélia pede aprovação do novo Código Florestal

EM DEFESA DA aprovação do novo Código Florestal, a senadora Ana Amélia (PP-RS) lembrou, na sexta-feira, que os produtores rurais sofrem com a insegurança jurídica decorrente da demora na aprovação do projeto que tramita na Câmara dos Deputados.

– Esse é um desafio importante para dar segurança e tranquilidade jurídica aos produtores – argumentou.

A senadora destacou também a necessidade de apoio à produção e comercialização do arroz, produto básico da cesta dos brasileiros. A atividade sofre com a concorrência de países do Mercosul como Uruguai e Argentina, segundo Ana Amélia.

– O governo brasileiro facilita as importações de arroz, porque a Argentina e o Uruguai praticamente não consomem arroz e são grandes produtores – salientou a parlamentar.

O custo médio da lavoura do produto por hectare chega a US\$ 2,3 mil no Brasil, enquanto



Senadora cobra apoio à produção e à comercialização do arroz nacional

no Uruguai esse mesmo custo equivale a US\$ 1,6 mil por hectare e, na Argentina, a US\$ 1,4 mil, comparou a senadora, para apontar que o valor mais elevado no país é resultante dos altos custos tributários.

Apesar de o governo brasileiro estar demonstrando preocupação com a estabilidade do preço do arroz, Ana Amélia disse que o Banco Nacional de

Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) suspendeu temporariamente o Programa de Sustentação de Investimento, destinado ao financiamento de máquinas, equipamentos e caminhões, o que compromete o planejamento dos produtores rurais.

– Essa insegurança é mais um dos dramas e preocupações dos produtores rurais do nosso país, não só dos produtores de arroz – assinalou.

Colheita

Ana Amélia informou também sua intenção de participar, no sábado, da 21ª Abertura Oficial da Colheita do Arroz, em Camaquã, município do sul do Rio Grande do Sul.

– A importância desse evento pode ser medida pela presença da lavoura de arroz na economia do meu estado. São, em números financeiros, R\$ 4 bilhões, apenas para essa lavoura, envolvendo 230 mil pessoas com empregos diretos ou indiretos – explicou a senadora.



Colheita de arroz em São Borja (RS): atividade sofre com a concorrência de países do Mercosul, diz Ana Amélia

Conceito de "florestania" norteia ações do setor produtivo no Acre

"Florestania" é o conceito que está norteando novas iniciativas no setor produtivo do Acre, informou o senador Aníbal Diniz (PT-AC), em discurso na sexta-feira. Ele ressaltou a capacidade da palavra de reunir as seis dimensões da sustentabilidade: econômica, ambiental, política, cultural, social e ética.

Segundo o senador, esse parâmetro vem orientando os programas do governo acreano voltados para piscicultura e o manejo em áreas de floresta nativa já desmatadas. Aníbal Diniz comentou o apoio que as práticas vêm recebendo, respectivamente, do Banco da Amazônia (Basa) e da Empresa Brasileira de Pesquisa

Agropecuária (Embrapa), e sua importância para fortalecer a vida no campo e desestimular a migração para a cidade.

– O governador Tião Viana lançou o desafio de transformar o Acre no endereço da piscicultura na Amazônia.

Aníbal Diniz apontou a menor agressão ao meio ambiente e a maior rentabilidade como vantagens da piscicultura em relação à agricultura e à pecuária. Informou que tanques com um hectare de lâmina d'água são capazes de produzir dez toneladas de peixe em um ano.

– A intenção do governo é construir 2,3 mil tanques na primeira etapa do programa. Muitos produtores estão re-



Aníbal Diniz destaca programas de piscicultura e de manejo em floresta

vendo sua posição e pensando em consorciar o gado e a agricultura com a piscicultura.

Aníbal Diniz também elogiou o plano de manejo comunitário de floresta nativa, lançado recentemente na Reserva Extrativista Chico Mendes, no município de Xapuri.



Romero Jucá cita expansão do aeroporto e armazém alfandegado

Jucá pede pressa para obras da Infraero em RR

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), pediu na sexta-feira ao futuro presidente da Infraero, Gustavo do Vale, que acelere as obras no Aeroporto Internacional de Boa Vista. Jucá disse que a Infraero aprovou a construção do novo terminal de cargas e do armazém alfandegado para a área de livre comércio da capital em janeiro de 2010, mas só agora o processo de licitação foi aberto.

As obras atenderiam à zona de processamento de exportação (ZPE) criada em 2007. Jucá observou que Roraima tem uma posição geográfica que favorece o comércio exterior, já que faz fronteira com a Venezuela e com a Guiana. Mas, para isso, disse, é necessário investir em infraestrutura, especialmente a aeroportuária. O armazém alfandegado, por exemplo, é importante pois poderá estimular a produção, gerar empregos e melhorar a renda da população.

Mozarildo aponta corrupção no governo estadual

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) lamentou, na sexta-feira, a permanência de José de Anchieta Júnior (PSDB) no cargo de governador de Roraima. Ele é acusado de corrupção e compra de votos no pleito de outubro. O governador ocupa o cargo graças a um recurso no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Para Mozarildo, Anchieta Júnior exerce indevidamente o mandato, tentando se manter no cargo mediante a utilização da máquina pública e dos recursos financeiros do estado.

– Apesar de [Anchieta Júnior] estar legalmente no cargo, através de liminares judiciais, é necessário que o presidente do Tribunal de Justiça de Roraima assumo o governo, até que o governador seja julgado. A gestão nociva está comprometendo o futuro do estado, principalmente na segurança pública, educação e saúde.



Gestão ruim, segundo o senador, tem comprometido a saúde e a educação